

Revista Eptic On Line

Resenha

Rádios comunitárias no Brasil e na França: desafios da esfera pública contemporânea

Danielle Azevedo Souza¹

LEAL, Sayonara. **Rádios comunitárias no Brasil e na França: democracia e esfera pública**. Aracaju: Editora UFS, 2008, 436 p.

O livro ‘Rádios comunitárias no Brasil e na França’, da Coleção Biblioteca Eptic, é resultado da tese de doutoramento de Sayonara Leal, defendida no segundo semestre de 2007, no âmbito do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. O lançamento da obra, às vésperas da Conferência Nacional de Comunicação, representa uma grande contribuição aos debates preparatórios acerca da radiodifusão comunitária, da pluralidade dos meios de comunicação e da liberdade de expressão. A pesquisa sociológica revela que há, nos espaços públicos disponibilizados pelas rádios comunitárias e associativas, potencialidades de democratização, sendo necessária a efetivação de políticas públicas para o setor e maior envolvimento da comunidade de ouvintes concernida na gestão dessas mídias. O trabalho resulta de um estudo comparativo, para o qual a autora mobilizou os recursos metodológicos de pesquisa qualitativa como aplicação de questionários, realização de entrevistas narrativas e de análises documental e de grade de programação das rádios estudadas, viabilizando o método de estudo de caso.

A autora realizou um trabalho de campo junto a 15 rádios comunitárias no Brasil e 22 rádios associativas na França, sendo que em cada país cinco emissoras foram investigadas em profundidade, como estudos de caso. O trabalho levou em consideração rádios locais sem fins lucrativos e de caráter jurídico privado, nos dois países. Ao procurar investigar a variedade de lógicas de ação nessas rádios e como essas viabilizam ou não a manifestação de esferas públicas, Sayonara chegou à conclusão de que, tanto

¹ Jornalista formada pela Universidade Federal de Sergipe. Mestranda em Comunicação Social da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: danielle_azevedo@yahoo.com.br

nas cidades satélites de Brasília quanto na região francesa de Nord-Pas-de-Calais, as práticas discursivas das rádios comunitárias estão atreladas aos domínios da vida privada, dando maior visibilidade aos problemas da sociedade civil e sediando a transição do privado ao público, do espaço social para o político. No caso francês prevalece a demanda por reconhecimento de direitos culturais e no caso brasileiro, o reconhecimento de direitos sociais. Vislumbra-se nos dois casos apelos à justiça social, tanto no sentido da economia política, quando atores sociais tratam de assuntos vinculados à redistribuição de renda, como no sentido culturalista dos processos de reconhecimento de identidades étnica, racial, religiosa, via respeito às diferenças sócio-culturais. Neste último caso figuram também questões sociais e políticas que se reportam ao debate do pertencimento de imigrantes que se encontram em território estrangeiro na condição, em muitos casos, de cidadãos franceses ainda em construção, os quais se encontram fortemente vinculados aos valores e costumes de seus Estados nacionais de origem. As tensões e conflitos sociais, nesse sentido, estão na base dos processos de reconhecimento em todas as suas dimensões sociais.

Com levantamento de dados empíricos para o confronto entre os dois contextos políticos e culturais distintos, os estudos de casos retratam as mesmas dificuldades enfrentadas pelos dirigentes das emissoras comunitárias no Brasil e das rádios associativas na França para subsidiar sua manutenção, desde a falta de financiamento e de profissionais capacitados até o excesso de programas de música, em detrimento da oferta de programas de debates públicos. Além de construir a imagem dos processos da vida social local para o exterior e valorizar o sentimento de pertencimento de seus habitantes, as rádios comunitárias e associativas pesquisadas teriam o objetivo de valorizar o voluntariado, estimular as interações sociais e publicizar o discurso calcado nos fatos, eventos e dilemas da sociedade. No que diz respeito à rádio enquanto espaço democrático-participativo, os estudos revelam que a participação dos atores locais está atrelada principalmente a pedidos de música, à divulgação de iniciativas de associações e a reclamações dirigidas ao poder público. O ouvinte não intervém nas decisões inerentes à programação e atuação da rádio.

Aliando o arcabouço teórico das Ciências Sociais e a experiência adquirida em suas renomadas pesquisas na área das políticas de Comunicação, Sayonara Leal consegue estabilizar as tensões conceituais existentes nas relações entre Estado,

comunidade, espaço público e espaço privado em seu trabalho de doutoramento. Ela revisita as interpretações de Arendt e Habermas quanto à esfera pública, faz uma revisão das teorias sobre democracia, passando por clássicos das Ciências Sociais como Tocqueville até chegar a autores importantes do pensamento social contemporâneo como Gauchet, Lefort, Boltanski, Thevenot, ressaltando processos de demandas sociais pautados em lutas por reconhecimento, a partir das abordagens de Honneth, N. Fraser e Bauman. As reflexões dos conceitos-chaves de seu trabalho estão elencadas às categorias de análise como participação, pluralidade, diálogo, reconhecimento e lógicas de ação.

O livro traz uma retrospectiva histórica das rádios livres na Europa e na América Latina, que se firmaram como movimento pela democratização dos meios de comunicação na década de 70 e que, nos anos 80, foram reconhecidas como mídias de contra-poder, de cunho participativo. Entretanto, a autora chama a atenção para o fato de que as rádios de proximidade contemporâneas não podem ser confundidas com as antigas rádios livres, marcadas pela militância política de esquerda e espírito de contestação e provocação social, como enfatizado por Félix Guattari. Tais espaços comunicativos são disputados pelas diferentes lógicas de ação, que podem representar, em uma mesma localidade, campos contrários de interesses.

Tomando como base a análise dos conteúdos das entrevistas realizadas com locutores e diretores das emissoras, a autora evidencia que as rádios comunitárias no Brasil e as rádios associativas da França, em geral, carecem de projetos que orientem sua política de comunicação e, em termos de programação, optaram por adotar, um formato musical, com alguns espaços para a livre expressão social. Em ambos os países, elas apresentam estrutura organizacional calcada em certa lógica industrial, a exemplo de preocupações com inovações tecnológicas, e na lógica mercantil, como veiculação de publicidade comercial. Sayonara Leal explica, de forma crítica, que a preocupação com a captação de aportes materiais compromete o caráter democrático e participativo da emissora, que passa a assumir compromissos com seus financiadores.

Do caráter democrático à busca pelo reconhecimento, da legislação aos processos de outorga, da capacidade de rentabilidade à participação, o quadro histórico e normativo no qual se debruça a pesquisadora permite identificar elementos que indicam a efetividade das emissoras comunitárias e associativas enquanto espaços de

configuração de esferas públicas. Como a própria autora conclui, “não se pode garantir que as rádios locais, em suas variadas denominações e perfis de atuação, encarnem o ideal de um modelo de esfera pública plena. Mas percebe-se que esses meios resguardam em si o potencial de realização de uma interatividade comunicativa mais democrática entre diferentes atores sociais” (LEAL, 2008, p. 409), sobretudo quando se constata a hegemonia dos meios de comunicação comerciais, considerados espaços oficiais de comunicação.